

O caráter das crises políticas durante o governo Torres e a Assembléia Popular na Bolívia (1970-1971)

Aldo Duran Gil*

Introdução

Diante do atual quadro histórico pelo qual atravessa a Bolívia, marcado pela ascensão do governo Morales e o partido Movimento ao Socialismo (MAS), com traços nacionalista, neopopulista, indigenista e anti-neoliberal, convém trazer a tona a experiência histórica e política dos processos de nacionalização ocorridas nos governos militares reformistas (1969-1971) e de luta pela instauração de um governo socialista *sui generis*. O objetivo desta comunicação visa analisar o caráter das crises políticas ocorridas no governo Torres e o papel exercido pela Assembléia Popular na luta pelo socialismo na conjuntura de 1970-71 na Bolívia.

1. O debate entre Lora e Zavaleta

No pensamento sociológico e político boliviano existe um consenso de que a conjuntura aberta pelo governo Torres manifestou a simultaneidade de três crises: de hegemonia, do nacionalismo revolucionário e do movimento proletário liderado pela esquerda sindical e partidária. Estas crises remeteriam à crise do Estado que emergiu da Revolução de 52. Mas não foram suficientemente explicadas, limitando a compreensão tanto das tentativas de solução de tais crises pelas classes em luta nessa conjuntura, bem como da análise da solução implantada pela direita militar no golpe de agosto de 71. Nosso objetivo não é analisar, aqui, esses temas complexos, mas identificar o caráter das principais crises e contradições desse período para entender melhor os principais aspectos relacionados com a crise de hegemonia e sua solução. Para tanto, avaliaremos alguns elementos essenciais do debate mais relevante: o travado entre Guillermo Lora (1978, 1980, 1996) e René Zavaleta (1972, 1987, 1995).¹ Nos seus aspectos gerais, a discussão girou em torno do caráter do governo Torres, da ascensão política do movimento popular, da instauração da Assembléia Popular e da sua derrota.

O debate centrou-se na questão de se houve ou não duplo poder com a instauração da Assembléia Popular em 71. Refutando a tese de Lora, Zavaleta sustenta que não existiu um “verdadeiro” duplo poder, mas apenas um “embrião avançado” do Estado proletário, que morreu logo porque não dispunha de seu aparelho armado – e este seria o erro fundamental do

* Professor Adjunto da Universidade Federal de Uberlândia.

¹ Cf. Andrade (2002, ver item “A Comuna de La Paz”). Contudo, este autor tende a se parcializar com as interpretações de Lora, limitando o escopo de sua análise.

proletariado; o Exército, braço armado do Estado burguês, acabou destruindo a Assembléia Popular. Entretanto, Zavaleta concorda, em termos, com Lora na medida em que houve, em todo caso, duplo poder (sustentar que houve apenas um “germe” ou “embrião” não altera a concordância com as interpretações de Lora). Para Lora, o duplo poder era um *fato* e devia ser utilizado como estratégia de expansão do poder proletário até a tomada definitiva do poder, o que implicava derrubar o governo Torres e derrotar o Exército. Essa estratégia consistia no progressivo controle do aparelho econômico pela classe trabalhadora: o controle direto das empresas estatais, que deveria começar pela mineradora COMIBOL. As massas populares entenderiam o significado dessa estratégia, espontaneamente pegariam as armas e, direcionadas pelo exército proletário, se lançariam no confronto final com o Exército. Com a derrota da Assembléia, Lora reconhece o erro de não armar o proletariado, mas não considera este erro como o problema fundamental, pois tratava-se de um problema político e não meramente militar.²

Contudo, é justamente sobre a estratégia da co-gestão operária que Zavaleta concentra sua crítica contra a Assembléia Popular e contra Lora. Tal estratégia manifestava o caráter economicista do programa do proletariado na medida em que se restringia a um “reivindicacionismo ampliado de classe” (trade-unionismo), isto é, a satisfação dos interesses econômicos imediatos em detrimento dos interesses da classe trabalhadora de longo prazo. Nesse sentido, a Assembléia possuiria um caráter sindicalista, atrelada ainda ao espontaneísmo, porque a co-gestão era mais importante do que armar as massas. Em síntese, para Zavaleta (1987:219-220, 223)³, a Assembléia do proletariado, acobertada pelo governo Torres, “em vez de ser o primeiro órgão de poder da revolução socialista”, não passou de ser “a fase mais alta do processo populista das massas populares bolivianas”, o que significava um fracasso “prático” e “político” ao mesmo tempo.

² Diferentemente da interpretação catastrofista de Zavaleta em relação ao problema das armas e da derrota da Assembléia, Lora atenua o impacto da derrota argumentando que foram múltiplas suas causas: a defasagem entre alta mobilização das massas e seu fraco armamento; imprevisibilidade do confronto entre o Exército, modernizado e melhor equipado, e as massas populares; luta do proletariado contra posições foquistas e vanguardistas dos setores da pequena burguesia radicalizada e contra os setores que defendiam uma aliança orgânica com o governo Torres.

³ Para o autor, a maior evidência do caráter populista da Assembléia estava na figura populista do sindicalista Lechín: pelo fato de possuir a maioria dos votos chegou a ocupar a presidência desse órgão, expressando a composição classista e político-partidária da Assembléia. Quanto ao populismo, Zavaleta em momento nenhum define o que entende por esse termo. Entretanto, tende a se referir, indistintamente, a uma modalidade de relação e mediação política “líder-massa”, e a ideologia pequeno-burguesa (o nacionalismo revolucionário, que se expandiu depois de 1952). Em ambos os casos, a conotação dada ao termo é negativa (isto é, pré-capitalista e pré-moderna). A nosso ver, trata-se de uma ideologia supraclassista, uma variante do nacionalismo, e constitutiva do Estado burguês. O “nacionalismo revolucionário” (MNR), ideologia de origem pequeno-burguesa, é uma das variantes mais expressivas do nacionalismo boliviano. Lora (1980) analisa muito bem esse fenômeno mas o desvincula da problemática populista.

2. Uma análise alternativa

Não analisaremos os supostos das teses de cada autor. Para nossos propósitos é suficiente mostrar que, a despeito de certas deficiências teóricas e analíticas, as duas análises não são excludentes. É evidente a importância dada pelos dois autores à ascensão radical do movimento operário. Do ponto de vista do proletariado, Lora mostra, de um lado, a importância da superação ideológica do nacionalismo pelo proletariado e a defesa de seu próprio programa político, e de outro, as dificuldades reais com que se deparou a classe trabalhadora tanto na construção da sua hegemonia como na implementação de sua estratégia para a conquista do poder. Já Zavaleta se empenha em mostrar as contradições do movimento operário e da direção sindical e partidária decorrentes da influência ideológica do nacionalismo revolucionário, considerado como o equivalente do populismo na Bolívia.

A nossa hipótese é a de que a conjuntura aberta pelo governo Torres (outubro de 1970-agosto de 1971) marca a crise final do sistema político e do regime populista boliviano. Tal conjuntura manifesta a condensação de contradições do Estado populista e de suas principais crises (de hegemonia, do Exército, do nacionalismo e do movimento popular) e delinea o caráter da mobilização antipopulista que derrubou o governo Torres e a Assembléia Popular.

Passemos à explicitação da nossa hipótese. Sabe-se que a maior fonte de instabilidade do Estado populista é a ascensão política real do proletariado. Isso se deve ao fato desse Estado implementar um mecanismo simultâneo de *integração* e de *manipulação* da classe operária. Trata-se de uma ambigüidade que reflete a essência e a contradição fundamental do populismo. Mesmo tendo ele retirado do proletariado a possibilidade de realizar uma política autônoma ou revolucionária, não consegue impedir a ascensão política do proletariado e das massas populares concretizada na constante pressão real sobre as estruturas do Estado. Seguindo essa linha de raciocínio, podemos concluir que “se o populismo sufoca o movimento operário ascendente, a pressão operária provoca a radicalização” daquele (Saes, 1985:105).

O instrumento de radicalização do populismo boliviano foi o movimento nacionalista, conduzido por um setor das categorias sociais de Estado: os militares nacional-reformistas comandados pelo general Ovando. Este setor - que vive a tragédia da crescente perda de soberania do Estado e do aumento da dependência externa desde o golpe de 64 (que se agravou no governo Barrientos, 1966-69) - , intervém através de um golpe militar e bloqueia o processo de restauração e desnacionalização da economia iniciado em 1956 e aprofundado em 1964. Numa palavra, o setor militar-reformista acaba com o primeiro ensaio de

redefinição da hegemonia no seio do bloco no poder e limita a intervenção do capital monopolista estadunidense no país: autoriza a volta do sindicalismo e da COB, declarada ilegal desde 64, derroga o Código do Petróleo de 1956 e nacionaliza a *Gulf Oil*, detentora do monopólio do petróleo.⁴ No setor mineiro, o Estado reforça o monopólio da produção de estanho detida pela mineradora COMIBOL e recupera a comercialização de minérios através do banco mineiro estatal (BAMIN).

Só que o governo Ovando não consegue ir além das reformas implementadas. É incapaz de ultrapassar os limites colocados pelo “compromisso político” e cede ante as pressões dos setores dominantes para manter a política de ordem (manutenção da grande propriedade fundiária e as relações sociais no campo, repressão do novo movimento guerrilheiro) e o bloqueio do avanço do processo de nacionalização do capital privado (estrangeiro e nacional). Os setores dominantes do capital mineiro vivem uma descomunal tensão pelo temor de um novo surto de nacionalizações que afetaria as empresas mineradoras privadas, controladas pelo capital estadunidense. Encurralado entre a pressão das classes dominantes, decididas em afastar Ovando da direção do Estado, e as categorias sociais nacionalistas radicalizadas (militares, burocracia, “intelectuais” que participam no governo) empenhadas em dar continuidade ao processo de nacionalização e a recuperação da soberania do Estado, o governo Ovando recua e abandona seus objetivos propostos, conforme expressa seu documento programático (*Mandato das Forças Armadas*). Logo é deposto pelos militares de direita articulados ao capital monopolista estrangeiro.

Mas o proletariado reage imediatamente contra o golpe através de uma greve nacional seguida de uma massiva manifestação popular decretada pela COB em apoio a Torres, que assume a presidência, impedindo assim o setor de direita do Exército ascender ao poder governamental. Temos, aqui, um caso em que um setor reformista radical da pequena e média burguesia, com o apoio crucial das massas trabalhadoras radicalizadas, se constitui como força social e se alça como fração detentora do aparelho de Estado num momento de descomunal desorganização do bloco no poder. Mas tal situação durou pouco tempo.

A nosso ver, Torres seria a encarnação da radicalização do nacionalismo boliviano e, em particular, do nacionalismo militar. Foi o autor intelectual do “*Mandato de las Fuerzas Armadas*” (1969) do governo Ovando - documento nacionalista que propõe uma “ideologia de Estado” às massas populares e ao conjunto da sociedade: a retomada da Revolução Nacional

⁴ Tal governo pretendia renovar o populismo, que entrou em crise desde 64, reintegrando as massas populares e o movimento operário e de esquerda no sistema político, além de criar uma “burguesia nacional”. O que implicava reconquistar a soberania do Estado e reiniciar o processo de nacionalização da economia. Contudo, a ambigüidade e a contradição do populismo no período expressaram o empenho em reintegrar as massas populares e, ao mesmo tempo, impedir uma mobilização revolucionária como se dera em 52, sendo incapaz de deter a franca ascensão política do proletariado.

significava recuperar a soberania do Estado e a nacionalização da economia, dois aspectos da mesma política de defesa do país diante dos grandes monopólios estrangeiros; na ausência de uma burguesia industrial ou nacional, o processo revolucionário deveria ser dirigido pelos militares nacionalistas. As idéias propostas pelo grupo comandado por Torres retomam as experiências dos militares nacionalistas bolivianos desde o final dos anos 30 (Busch e Villarroel) e do processo nacionalista iniciado em 1952; sofre influências do processo político nacionalista que ocorria no Peru sob o governo Velasco e do movimento militar nasserista. Nos seus aspectos teóricos gerais (o documento é eclético), detectam-se influências de certos autores nacionalistas radicais e outros influenciados pelo pensamento marxista que refletiram sobre o papel dos militares na América Latina.⁵

Em novembro de 1969 Torres critica as diretrizes da política de defesa continental praticada pelos Estados Unidos (baseada no aniquilamento da guerrilha e na repressão dos movimentos populares e de esquerda) e propõe uma nova política baseada no desenvolvimento socioeconômico dos países latino-americanos, afundados no atraso e na miséria; os militares jogariam um papel fundamental nesse processo, sobretudo redefinindo o conceito de defesa nacional: a defesa continental não deveria contradizer a defesa dos recursos naturais nacionais diante da *voracidade dos monopólios estrangeiros* (Torres, 1985:20).⁶ Em contrapartida, o Relatório Rockefeller desse ano marcava a mudança da política dos Estados Unidos em relação à América Latina: mostrou a inviabilidade dos regimes democráticos e a urgência de instauração de ditaduras militares para facilitar, a nosso ver, o exercício da hegemonia do capital monopolista estadunidense. A esse respeito, tanto o governo Velasco (Peru) como os governos Ovando e Torres parecem ter se antecipado à previsão desse Relatório em relação à emergência de regimes militares nacionalistas aliados às massas populares e ao proletariado, contrários ao estabelecimento do capital estadunidense nesses países. Na Bolívia, já antes de 1969 esse capital procurava instaurar uma prolongada ditadura comandada por Barrientos, mas o projeto foi frustrado com a morte deste em 1969 (Almaraz, 1988:39-40).

Percebe-se que os setores militares que lutam pela vaga nacionalista se radicalizam e conseguem atrair as massas populares, amplos setores das camadas médias e da pequena burguesia, bem como setores do proletariado. O campesinato está ausente neste processo,

⁵ Cf. Num (1970). Essa influência ideológica diversificada aparece em alguns autores mais radicalizados como M. Quiroga e Zavaleta. Influenciou também alguns autores que participaram no governo Torres: Gallardo (1991) e Sandoval (1979), os quais travaram outro debate sobre a ascensão e queda do governo Torres, paralelo ao de Lora e Zavaleta, cujas conclusões tendem a ser apolegéticas.

⁶ A política de defesa continental de Torres se opunha frontalmente à defendida pelo grupo da Sorbonne brasileira (ESG), que aparece representando a política de defesa hemisférica estadunidense no Cone Sul.

salvo um pequeno grupo (os “independentes”) que, posteriormente, pediria ingresso na Assembléia Popular. Isso significa que a radicalização do nacionalismo provoca a radicalização do populismo mas, ao mesmo tempo, este não consegue impedir a ascensão política do proletariado que logra conquistar sua autonomia política.⁷ Ou seja, mesmo permanecendo aliado do populismo, o proletariado se desembaraça da ideologia populista (nacionalista revolucionária), a supera e se prepara para tomar o poder. Por outro lado, o nacionalismo, que se empenha em criar, sem êxito, uma “burguesia nacional” e se apresenta como o representante dos interesses universais da burguesia nativa, é rejeitado por esta. E na sua radicalização, converte-se no veículo da expressão política concreta da ascensão do movimento operário, provocando não unicamente a rejeição mas também o seu combate pela burguesia nativa (Saes, 1985:120-121).

Desde já podemos dizer que a nossa interpretação das crises políticas deste período afasta-se da interpretação elaborada por Lora e Zavaleta. Este último sustenta que o governo Torres foi semi-bonapartista e a Assembléia Popular a expressão mais acabada do populismo boliviano; e a derrota da Assembléia se deveu a inexistência de um partido revolucionário (do tipo leninista) e, por conseguinte, a não criação do seu aparelho armado (Zavaleta, 1972, 1987) - tese que também é criticada por Lora.

Ora, o governo Torres foi a expressão mais acabada do nacionalismo de esquerda, o qual foi obrigado a se radicalizar pela pressão do proletariado; e este, por sua vez, estava decidido a derrubar o governo e tomar o poder. Em momento nenhum tal governo manifesta ser portador de poder próprio; ascendeu ao poder governamental com o apoio decisivo do proletariado e das massas populares aliadas ao populismo; logo se converte em refém do proletariado e do Exército. Pressionado pela classe operária e a esquerda partidária, fará importantes concessões políticas ao proletariado mas não consegue impedir a instauração da Assembléia Popular e, uma vez instaurada, tenta, sem êxito, mobilizar os camponeses para neutralizar o poder emanado daquela. Quanto ao Exército, o governo Torres não consegue controlá-lo e dismantelá-lo, além de ser indulgente com os oficiais golpistas (a primeira tentativa de golpe contra o governo foi em janeiro de 1971). Portanto, é problemático caracterizar o governo Torres como semi-bonapartista.

Em relação à Assembléia Popular, é também problemático caracterizá-la somente como a máxima expressão do populismo. Zavaleta não consegue explicar por que tal órgão

⁷ Com a conquista da autonomia política não estamos querendo dizer que o proletariado conseguiu essa façanha somente nessa conjuntura. A rigor, podemos dizer que os setores avançados da classe trabalhadora, os setores dirigentes do sindicalismo e da esquerda partidária, já estavam lutando pela conquista da autonomia política do movimento operário e popular, pelo menos desde a criação da COB (1952) e da negativa experiência do co-governo MNR-COB (1952-55). Mas tal luta foi tortuosa, cheia de ambigüidades e contradições. Por razões de espaço, não podemos analisar aqui este tema.

proletário configurou-se como populista. E isto se deve ao fato de que o autor parte do suposto de que o populismo seria uma modalidade de relação ou mediação política “líder-massa”, entendida como uma anomalia; não consegue entender a estrutura e a dinâmica do populismo como regime e sistema político e como forma de Estado. É por isso que Zavaleta concentra sua crítica no aspecto economicista do programa (co-gestão operária), do seu gradualismo e do caráter espontaneísta da estratégia de luta do proletariado, o que teria revelado a ausência da ação dirigida e planejada por um partido hegemônico. E as respostas desses problemas estariam, para Zavaleta, em três fatores: as massas populares bolivianas seriam populistas; seu método de luta seria o espontaneísmo; e a ausência do partido proletário - a esquerda partidária nunca teria conseguido dirigir o movimento popular, antes foi a reboque dele.

Ora, mesmo aceitando os erros do proletariado na Assembléia Popular apontados por Zavaleta (certo economicismo do programa, falha estratégica das armas, e defasagem entre estratégia de luta e ação espontânea das massas populares), não podemos reduzir tais problemas a uma concepção essencialista do campo popular: a debilidade congênita das massas (populismo, espontaneísmo) e da esquerda sindical e partidária (fragmentação e incapacidade de direção); portanto, fatores transhistóricos seriam as verdadeiras causas da derrota do proletariado. Afirmar que a Assembléia Popular e o proletariado sofreram influência da ideologia populista e das diversas expressões ideológicas oriundas das massas populares e da pequena burguesia em revolta, é muito diferente, o que Zavaleta não faz. A nosso ver, a Assembléia popular condensou, de forma incisiva, as contradições da ação político-sindical do proletariado na medida em que sofreu influência da ideologia pequena burguesa: a oscilação entre a luta reivindicatória e a luta revolucionária. Mas não se descarta a possibilidade de que também tenha aparecido uma terceira via de luta sindical através da influência da ideologia burguesa: o da combinação do trade-unionismo e do reformismo, mesmo tendo aparecido de uma forma difusa no seio da Assembléia.⁸ E essa via aparece solapada nos discursos e prática política dos grupos ligados à “classe média” que participaram na Assembléia. Esse seria o caso do MIR, do grupo Espartaco e dos setores de esquerda do MNR.

A conjuntura em questão marca a crise final do populismo boliviano. Trata-se de uma crise profunda, cujas raízes se encontram na aguda expressão da luta de classes, tendo uma

⁸ Zavaleta não consegue entender, de um lado, por que o sindicalismo populista desvaloriza o partido político e valoriza o Estado e, em certas condições, valoriza o sindicato; e de outro, por que o trade-unionismo combina um ativismo reivindicatório e a valorização, “através de uma concepção economicista do partido”, da prática política partidária. Sobre essas observações teóricas, Cf. Saes (1985:227-28).

repercussão notável nos aparelhos do Estado. O bloco no poder é assolado pela crise de hegemonia, pelo “equilíbrio instável” que caracteriza o Estado populista. O “compromisso político” passa a ser quebrado pelo Estado populista e não por uma das frações de classe dominante que sustentam tal compromisso: o seu afastamento diante do conjunto da classe dominante se revela, simultaneamente, na violação da política de ordem e do princípio da propriedade privada. Durante praticamente todo o governo Torres o país vive um “clima revolucionário” na cidade e no campo como resultado das ações espontâneas das massas populares radicalizadas, situação que se agrava com a criação da Assembléia Popular. Os aparelhos de Estado são penetrados e abalados pelo acirramento da luta de classes: o Executivo controlado tanto pelas forças nacionalistas e populistas (militares e civis); a Assembléia Popular substitui o Parlamento e realiza funções executivas e judiciárias; o executivo local controlado pelas centrais sindicais regionais; e o aparelho militar atravessado por uma profunda crise de unidade institucional, de quebra da disciplina e da hierarquia como efeito da luta de classes no seu seio.

A radical ascensão política das massas populares teve um impacto fulminante para o capital estrangeiro e para as classes dominantes nativas: estas são obrigadas a se unificar e a mobilizar as camadas médias, a pequena burguesia e os setores das massas populares contrários ao governo Torres e à Assembléia Popular. Alegando uma “iminente comunização da Bolívia”, os setores empresariais convocam à luta subversiva “por todos os meios”, ameaçando, inclusive, com desencadear uma guerra civil. Com esse objetivo, o maior órgão de representação empresarial (CEPB) financia o Exército Cristão Nacionalista, grupo terrorista de direita que participa ativamente no golpe que derrubará Torres e a Assembléia Popular. Caso o golpe fosse controlado, as forças conspirativas pretendiam montar (com o apoio do imperialismo estadunidense e das ditaduras militares conservadoras brasileira, argentina e paraguaia) seu “quartel geral” na cidade de Santa Cruz de la Sierra e, com o pretexto de criar uma “República separatista”, lutar de forma prolongada contra o governo Torres.

Em suma, a principal crise que vivia o país era a crise final do populismo boliviano e que, num período muito curto (aproximadamente três meses), convive com uma crise revolucionária. A articulação dessas duas crises demonstrou o caráter intenso do processo de agudização da luta de classes e a possibilidade real de o proletariado tomar o poder. Mas também mostrou os erros político-estratégicos dessa classe e da esquerda sindical e partidária. Podemos concluir, assim, que a conjuntura de 1970-71 mostrou a condensação de crises e contradições políticas, as quais podem ser agrupadas em dois níveis de determinações que se sintetizaram no seio da Assembléia Popular: as oriundas do sistema político populista e do

Estado populista e as oriundas das ambigüidades e contradições do movimento popular, particularmente do sindicalismo e da esquerda partidária.

Estamos longe de endossar uma interpretação voluntarista e maximalista da derrota do proletariado nessa conjuntura, como a de Zavaleta: o excessivo peso colocado aos fatores *armas e partido revolucionário* revelaria seu vanguardismo: o proletariado teria “perdido a ocasião”, “não quis vencer”, como se se tratara de uma situação de “tudo ou nada”. Ou então, uma interpretação minimalista, que atenua amplamente o impacto da derrota, como defende Lora: o excessivo peso colocado na *co-gestão*, no *gradualismo* do controle operário, bem como na *ação espontânea das massas*, que se armariam sozinhas e posteriormente liquidariam o Exército, revela uma tendência economicista presente no autor, problema que aparece nas posturas trotskistas do POR-Lora (Partido Operário Revolucionário) em relação à iminente crise final do capitalismo e na inexorabilidade da revolução socialista.

Por outro lado, detectamos uma curiosa dupla coincidência nos dois autores. Primeiro, a ausência da análise da questão ofensivo-defensiva do momento político atual, do aspecto político-militar, um erro estratégico presente na Assembléia. O que se patenteia na análise oposta feita pelos dois autores: a estratégia militar do inimigo de classe teria sido mais eficiente, pois teria aproveitado os erros estratégicos do proletariado e aplicado o golpe.

Segundo, a ausência da análise sobre a dupla estratégia do proletariado expressada, de um lado, no programa e a estratégia adotada pela direção ou vanguarda do proletariado, e de outro, na estratégia espontânea seguida pelas bases sindicais e pelas massas populares em geral (problema apontado por Gramsci no caso da derrota do proletariado europeu diante a ascensão do fascismo: programa/estratégia de luta do partido e a estratégia de luta adotada pelas massas populares). Numa conjuntura como essa, geralmente existiria um desnível acentuado entre as duas estratégias de luta. E a não solução do problema, isto é, o nivelamento das duas estratégias com direção das forças políticas hegemônicas envolvidas na luta, pode acarretar sérios problemas para o movimento revolucionário, conforme pode ser verificado ao longo da história. Os dois autores referem-se muito lateralmente a esse problema, mas sem entendê-lo. Para Lora, o proletariado não tomou o poder devido ao “tremendo desnível entre a grande politização e radicalização das massas e seu defeituoso armamento”; o duplo poder foi definido pelo lado do movimento de direita fascista que aproveitou tais dificuldades e consumou o “golpe contra-revolucionário preventivo” de agosto de 71. No futuro, diz o autor, “deve sanear-se radicalmente essa falha” (Lora, 1978:230). Referindo-se a Tese de Pulacayo e à luz da conjuntura em questão, Zavaleta (1987:136) sustenta que “a classe operária via-se obrigada a compensar com um avançado programa à

pobreza da existência das organizações políticas”; “uma coisa é que sua direção aprove um programa avançado e outra que esse mesmo programa exista carnalmente nas massas. O verdadeiro programa das massas é o que elas fazem”.

Conclusão

Em suma, as principais crises de 1970-71 não são devidas a uma situação bonapartista/cesarista nem a uma suposta crise de “equilíbrio catastrófico” que se teria prolongado até o final da década de 70. As crises dessa particular conjuntura foram devidas, isto sim, à condensação de crises políticas profundas, comandadas, por um lado, pelas crises do nacionalismo e do populismo, e por outro, pelas crises políticas desencadeadas pela radicalização do movimento operário que provocaram uma situação revolucionária. Numa palavra, o caráter das contradições e crises políticas em tal conjuntura teria revelado uma hierarquia de crises, sendo comandadas pela crise final do populismo que conviveu com a crise revolucionária.

Bibliografia

- ALMARAZ, Sergio. *Requiem para una República*. La Paz: Los Amigos del Libro, 1988.
- ANDRADE, E. de Oliveira. *O “Partido Obrero Revolucionario” na Revolução Boliviana de 1952*. São Paulo, 2002, Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- GALLARDO L, Jorge. *De Torres a Banzer. Diez meses de emergencia en Bolivia*. La Paz: Ed. G. H, 1991. 3ª ed.
- LORA, Guillermo. “La Revolución Boliviana”. In: *Obras Completas*. La Paz: Masas, 1996. Tomo XIV.
- _____. “Bolivia: de la Asamblea Popular al golpe fascista”. In: *Estudios Histórico-Políticos Sobre Bolivia*. La Paz: El Amauta, 1978.
- _____. *El proletariado en el proceso político*. La Paz: Masas, 1980.
- NUN, José. “Os golpes militares da classe média”. In: VELIZ, Claudio (coord.). *América Latina – Estruturas em crise*. São Paulo: Ibrasa, 1970.
- ROCKEFELLER, N. A. “Quality of Life in the Americas – Report of a President Mission for the Western Hemisphere”, Department of State Bulletin, December 8, 1969. In: KLARE, Michael & STEIN, Susan. *Armas y poder en América Latina*. México: Era, 1978.
- SAES, Décio. *Classe Média e Sistema Político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- SANDOVAL R., Isaac. *Culminacion y Ruptura del Modelo Nacional-Revolucionario. Torres en el escenario político boliviano*. La Paz: Urquiza, 1979.
- TORRES, J. José. “El nuevo papel de las Fuerzas Armadas latinoamericanas”. In: *En Defensa de mi Nación Oprimida*. La Paz: Isla, 1985.
- ZAVALETA, René. *La caída del MNR y la conjuración de noviembre*. La Paz: Los Amigos del Libro, 1995.
- _____. *El Poder Dual*. La Paz: Los Amigos del Libro, 1987.
- _____. “Bolivia – Military Nationalism and the Popular Assembly”, *New Left Review*, nº 73, May-June, 1972.